VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

O QUE É A "DEMOCRATIZAÇÃO DA MÍDIA"? A CONSTRUÇÃO DE HEGEMONIAS E A (IM)POSSIBILIDADE DE RESISTÊNCIAS NO DISCURSO DA MÍDIA BRASILEIRA SOBRE SUA PRÓPRIA REGULAÇÃO

Wilson Ricardo Barbosa dos Santos[1]

Resumo: No Brasil, após a hegemonia liberal dos anos noventa, foi possível a emergência da discussão sobre a necessidade (ou não) de regulação da mídia. Com o advento do governo de Michel Temer (ago/2016-), esta discussão, que foi candente nos governos presidenciais do PT (jan/2003 a ago/2016), passa por um apagamento não apenas nas pautas presidenciais, mas também nas leituras realizadas pela grande mídia. Compreendendo esta anterior necessidade de a mídia tradicional contestar a necessidade de regulação, este artigo analisa textos da *Folha de São Paulo* que tratam o tema, discussão que diz respeito à justificativa de nossa tese em andamento. Evidenciamos, assim, mecanismos linguístico-discursivos utilizados pela *Folha de São Paulo*, de jan/2010 a jan/2015, para construir sentidos acerca do acontecimento, relacionando-os, ainda, aos diferentes tipos textuais que circulam em seu interior.

Palavras-chave: discurso midiático; análise do discurso; regulação da mídia.

Abstract: In Brazil, after the neoliberal hegemony of the nineties, it was possible the emergence of the discussion about the necessity (or not) of media regulation. With Michel Temer's government (August/2016-), this discussion, which was effervescent in PT's presidential governments (January/2003 to August/2016), is silenced not only in presidential guidelines but also in the interpretations made by mass media. Considering this previous necessity of contestation of the regulation by traditional media, this paper analyzes texts from *Folha de São Paulo* that address the issue. This discussion concerns the foundations of our Ph.D. thesis in progress. We put in evidence, therefore, linguistic-discursive mechanisms used by *Folha de São Paulo* from January/2010 to January/2015 to create senses concerning this discursive event, relating them to the different genres that circulate in its interior.

Keywords: media discourse; discourse analysis; media regulation.

Introdução

Nas sociedades democráticas, tem sido recorrente o debate sobre a necessidade (ou não) do restabelecimento de concessões midiáticas, bem como na regulação e eventual

[1] Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (PPGL-UFSCar). Pesquisador do Laboratório de Estudos do Discurso da UFSCar (LABOR/UFSCar), coordenado pela Profa. Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini e pelo Prof. Dr. Carlos Piovezani.

controle do que ali se deve veicular. Nos países do Cone Sul, por exemplo, essa discussão é candente: estamos diante de distintas propostas de regulação, que podem ser interpretadas a partir de diferentes chaves.

No caso argentino, por exemplo, durante os governos de Cristina Kirchner (2007-2015), houve grande embate pela validade jurídica ou não das políticas da *Ley de Medios*, que propunham o restabelecimento de concessões a grandes mídias e a implementação de rádios destinadas a divulgar culturas autóctones. Segundo a proposta, trata-se de uma maneira de democratizar o acesso à informação: dado o poder de grandes grupos como o *Clarín* e *La Nación*, foram necessárias políticas que combatessem discursos hegemônicos protagonizados pela grande mídia.

O discurso midiático que cria sentidos sobre a questão, no entanto, interpreta o mesmo acontecimento a partir de outra senda: dotados do poder de grande circulação, essas mídias protestam contra estas medidas, seja porque são propostas mudanças nos moldes capitalistas da livre associação empresarial já bem estabelecidos – e que não podem ser contestados – ou devido à associação dessas práticas à possibilidade de censura. Tais mídias reclamam seu direito de poder denunciar, por exemplo, o modo como instituições estatais realizaram estatísticas sobre a inflação argentina: acusa-se o *Instituto Nacional de Estadística y Censos* (INDEC) de manipular estes dados, exigindo-se espaço para a voz midiática que denunciaria tais manobras perversas, direito que foi tolhido pela então presidente e suas políticas[2].

Em nossa filiação à análise do discurso francesa (COURTINE, 2009; PÊCHEUX, 2008), sobretudo ao dialogar com a concepção foucaultiana de discurso (FOUCAULT, 2006; 2008), não nos caberia julgar se ou quais destas posições são verdadeiras ou falsas. Interessa-nos o modo como se constrói discursivamente uma luta pela liberdade de poder dizer, bem como pelo direito de ditar as separações entre o que é ou não dizível em determinada sociedade. Conforme nos ensina Michel Foucault (2006), nas sociedades existem procedimentos e rituais que se destinam a controlar as possibilidades de enunciação,

[2] O sítio do jornal *Clarín*, por exemplo, tem uma seção destinada a debater as pesquisas desta instituição (http://www.clarin.com/tema/indec.html), com artigos que, inclusive, realizam revisão dos censos realizados nos governos Kirchner. Confira-se, por exemplo, o seguinte artigo: CLARÍN. **El crecimiento durante la era K fue mucho menor al que habían anunciado (30/06/2016)**. Disponível em: <http://www.ieco.clarin.com/economia/crecimiento-menor-anunciado_0_1604239757.html>. Acesso em 23/09/2016.

exercendo coerções sobre o acaso da irrupção do acontecimento. Há procedimentos *internos* e *externos* de controle do discurso: os primeiros referem-se ao modo como o próprio discurso pode controlar-se, por princípios como a *função-autor* e o *comentário*; já os segundos, por sua vez, dizem respeito a forças externas ao discurso que agem na sua produção, constrangendo-a e ditando seus contornos.

O *comentário*, neste sentido, é um dos princípios internos importantes para a discussão que realizaremos. Foucault (2006) mostra que o seu funcionamento se situa na natureza do discurso a partir de um modo de existência paradoxal em sua natureza: ao mesmo tempo em que funda uma possibilidade infinita de falar sobre algo, está sempre restrito a tratar um texto primeiro; gesta-se, assim, o potencial imensurável, mas sempre circunscrito a referir-se ao dizer original, a realizá-lo, a fazê-lo acontecer novamente. Para o autor (2008), neste sentido, a enunciação é sempre um acontecimento peculiar, pois, ainda que não possa dar-se novamente, ela nunca se esgota em si mesma, abrindo a possibilidade para o reaparecimento e atualização, seja sob a forma da repetição ou sob uma "nova" configuração.

De funcionamento externo, salta-nos aos olhos a *interdição*: trata-se da palavra impedida, do dizer que fere uma série de injunções institucionais que impossibilitam (ou ao menos constrangem, por mecanismos como a punição a determinados autores que proferem ditos que ferem certa ordem discursiva então estabelecida) a sua emergência. Em seu mais alto grau, podemos conceber uma associação à censura, de maneira análoga ao modo como ela se dá em regimes totalitários: não se pode e não se deve proferir determinados dizeres em certas situações, e a mídia, certamente, foi uma das *superfícies de emergência* em que os poderes ditatoriais atuaram de maneira mais truculenta.

Na circulação midiática brasileira sobre a regulação da mídia, diferentemente do caso argentino, as políticas geraram poucos efeitos em termos legais. No entanto, a discussão não deixou de causar menos polêmica: em 2010, no segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, esteve evidenciada uma proposição designada por *controle social da mídia*, encabeçada pelo então ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social, Franklin Martins (2007-2010). Considerando as interpretações possíveis para esta irrupção e o dado de que a mídia tradicional no Brasil tem grande poder de circulação, o modo como se pôde ler este acontecimento em nossa sociedade se restringiu à associação à censura, conferindo teores

perversos às políticas encabeçadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo governo. Confirmou-se, neste espaço, assim, uma única possibilidade de interpretação do acontecimento da regulação da mídia: mesmo quando se apresentam posições favoráveis às propostas na grande mídia, geralmente por parte de grupos e sujeitos políticos, comumente estamos diante de recursos que contradizem e questionam esta necessidade.

A atuação da mídia tradicional brasileira, majoritariamente contrária às decisões governamentais do PT, logo, tomou o tema da regulação da mídia como um mote para contestar a necessidade de medidas progressistas. Sendo a mídia uma *superfície de emergência* de estatuto para a interpretação das diretrizes políticas dos Estados, cabe a disciplinas da interpretação como a Análise do Discurso indagar quais foram as leituras possíveis nestes espaços, bem como descrever os mecanismos pelos quais a mídia criou sentidos sobre este acontecimento, uma vez que estão em jogo não apenas as verdades sobre estes eventos, mas também a própria significação de dizeres como o *controle social da mídia*, a *regulação da mídia*, a *democratização da mídia* e a *regulação econômica da mídia*.

Dando continuidade ao trabalho realizado por nós em nível de graduação (SANTOS, 2013) e mestrado (SANTOS, 2016), em nossa tese também consideramos outras sendas que respeitam as propostas regulação da mídia: primeiramente, a possibilidade de construção de contra-discursos, que contestam a leitura hegemônica da grande mídia, presentes em veículos progressistas como a *Carta Capital*, a *Carta Maior* e o *Jornal Brasil de Fato*; também, importa-nos a construção de resistências por mídias ativistas da *internet*, como a *Mídia Ninja* e o portal *Jornalistas Livres*. São, certamente, leituras dotadas de menor estatuto, uma vez que grandes grupos midiáticos como a *FSP*, o jornal *O Globo* e a revista *Veja* têm o poder das concessões de mídia já estabelecidas; no entanto, ao criar diferentes narrativas de acontecimentos como as manifestações de junho de 2013, protagonizados pelo papel das mídias ativistas, desestabiliza-se o poder do discurso hegemônico da grande mídia.

Revela-se, assim, a oportunidade de descrever os recursos pelos quais a mídia realiza leituras sobre a regulação, bem como a análise e descrição de sentidos outros da regulação da mídia que escapam ao tom unívoco do discurso midiático hegemônico brasileiro. Desta maneira, o sujeito inscrito nesta conjuntura pode estar mais atento às manobras midiáticas para criar determinadas interpretações, não estando tão sujeito aos efeitos da ideologia. Ao

averiguar como se constrói discursivamente uma concepção de regulação da mídia, colocamos em pauta interpretações distintas do acontecimento; além disso, os recursos utilizados para construir posições estarão em maior evidência e mais acessíveis ao sujeito que interpreta a questão em nossa sociedade.

1. O discurso midiático da *FSP*: a discussão da regulação da mídia pela via legal e a imposição de uma leitura hegemônica (2010-2015)

Neste artigo, apresentaremos parte da proposta que justifica a nossa tese em desenvolvimento: o discurso midiático construído pela *FSP* contestou a necessidade da regulação da mídia, e, mais recentemente, está em processo um silenciamento da discussão após o *impeachment* de Dilma Rousseff. Descreveremos aqui o tratamento dado pela *FSP* às propostas durante a efervescência da discussão; o seu sequente silenciamento, assim, abre espaço para a busca de lugares de resistência em relação ao discurso midiático hegemônico que constrói concepções sobre a regulação.

Trata-se de um momento em que as propostas de governo sobre a regulação da mídia, de 2010 a 2015, foram discutidas em mídias tradicionais durante dois embates presidenciais vencidos pelo PT, aqui representados apenas pelo discurso midiático da *FSP*, objeto de nosso trabalho de conclusão de curso (SANTOS, 2013) e dissertação (SANTOS, 2016). São reportagens de cunho mais factual, artigos de opinião (assinados por outros autores) e editoriais (subseção *Painel*) publicados na seção privilegiada em que a *FSP* comenta a política, a seção *Poder*.

Cada um dos gêneros se utiliza de diferentes recursos linguístico-discursivos para a construção de posições. Descrevemos as possibilidades de leitura de alguns textos emblemáticos, obedecendo, assim, a uma característica que está presente na Análise do Discurso desde o seu fundamento (PÊCHEUX, 2010): interessada na análise de textos doutrinários, a disciplina surgiu com o intuito de oferecer alternativas de interpretação aos sujeitos inscritos em determinada conjuntura, descrevendo a produção de sentidos e os mecanismos de convencimento, combatendo, assim, o modo potencialmente perverso pelo qual os discursos políticos convencem os seus leitores a tomar posições.

1.1. Reportagens factuais: a posição do enunciador midiático *FSP*

O ano de 2010 é importante, pois se trata do último ano de governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em que se começou a promover a discussão sobre a regulação da mídia, encabeçada por Franklin Martins, então ministro-chefe de Comunicação Social. Ademais, trata-se de um momento em que a questão será mais evidente na sociedade brasileira, devido às eleições presidenciais. Neste sentido, Dilma Rousseff, candidata pelo PT, aparece não apenas como a sucessora de Lula, mas também sob o signo de seu apadrinhamento; as propostas de regulação da mídia, assim, colocar-se-ão como um dos temas que gerarão embates entre os grupos políticos e enunciadores midiáticos.

Neste sentido, retratando a polêmica em momento eleitoral, é importante a reportagem *Dilma nega ter apoiado pontos polêmicos de programa* (22/07/2010): de maneira geral, ainda que a posição construída em torno de Dilma Rousseff se restrinja a opor-se aos *pontos polêmicos*, o enunciador midiático constrói o que podemos chamar, grosso modo, de *efeitos de incoerência* ao produzir sentidos sobre a posição da candidata:

> A candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff, negou ontem ter endossado os principais pontos polêmicos retirados da primeira versão de seu programa de governo registrado no TSE (Tribunal Superior Eleitoral).
>
> Em entrevista à TV Brasil, Dilma se posicionou contra o controle social da mídia e a taxação das grandes fortunas. A candidata afirmou também que a redução da jornada de trabalho deve ser negociada entre empregados e trabalhadores.
>
> O controle social da mídia e a taxação das grandes fortunas foram os pontos mais polêmicos do primeiro programa apresentado ao TSE. **Após críticas de aliados,** Dilma apresentou uma segunda versão que omitia esses itens.
>
> A candidata petista ainda prepara uma terceira versão do documento que estabelece as diretrizes de seu eventual governo.
>
> [...] A petista disse ainda que nunca um governo recebeu tantas críticas por parte da imprensa e **insinuou** que há políticos que interferem na mídia. Disse, porém, nunca ter ligado para qualquer veículo para reclamar. (do texto da *FSP*, 22/07/2010 – *Dilma nega ter apoiado pontos polêmicos de programa*, grifos nossos)

Mesmo que as posições enunciativas de Dilma Rousseff apresentadas na reportagem se coadunem às políticas capitalistas da livre associação empresarial defendidas pelas grandes mídias no Brasil, as interpretações que o enunciador midiático *FSP* cria desarmonia no que é enunciado pela candidata: o silenciamento das propostas de cunho *polêmico*, segundo a interpretação postulada, se deveu aos efeitos gerados pela sua circulação. Para realizar este efeito, o advérbio temporal *após* introduz a razão (*críticas*) da sequente omissão de tais itens

por Dilma, mostrando o descompasso de posições entre a candidata e seus *aliados*, o que é reforçado pelo título da reportagem, uma vez que Dilma, uma das responsáveis pelo *programa* – cujas propostas *polêmicas* (*a taxação de grandes fortunas*, *a redução da jornada de trabalho* e o *controle social*) são apresentadas pela *FSP* por meio de equivalências de sentidos –, *nega* tê-lo *apoiado* ('há discordância na chapa?').

Também, no último grifo, a existência de *políticos que interferem na mídia* na fala parafraseada de Dilma, marcada pelo emprego do verbo *haver* no presente do indicativo (*há políticos que interferem na mídia*), é introduzida por um verbo *dicendi* muito diferente dos outros presentes na reportagem (***insinuou*** em relação a *nega*, *disse*, *negou*, *se posicionou*, *afirmou*, *saiu em defesa*, *completou* e *defendeu*), o que indica não apenas menor neutralidade na interpretação do órgão midiático, mas também a construção de um dizer oblíquo quando esta vontade de verdade está em jogo e, ainda, certa distância enunciativa.

Neste sentido, o distanciamento enunciativo é um recurso recorrente quando se apresentam as propostas na *FSP*, fenômeno que se realiza também pelo uso de aspas. Na reportagem *Lula quer ministro para abrir "canal de diálogo" com a mídia* (16/03/2010), as aspas em seu título já indicam que a *FSP* contestará os sentidos atribuídos ao *"canal de diálogo"* na reportagem, um desejo de Lula marcado pelo uso do verbo volitivo (*Lula quer*). No subtítulo da reportagem, também, além das aspas quando se cita a *"atitude agressiva" de alguns setores* da mídia, há uma marca metalinguística que apresenta este enunciado também funcionando para dissociar a posição construída pelo enunciador midiático e aquela de Lula, sumarizando e interpretando seus dizeres via predicação, pelo presente do indicativo, de uma finalidade (*Objetivo [de Lula] é*).

Também, o modo absoluto como o presente do indicativo dita interpretações pela predicação é ainda visível nas leituras do enunciador midiático das razões por detrás desta posição de Lula (*[...] está preocupado* ***principalmente*** *em defender sua candidata*), construção reforçada pelo advérbio de modo em negritas. O recorte da fala de Lula em discurso direto também traz uma predicação, que cria, respectivamente, equivalência e oposição ao sujeito *O papel da imprensa*, pelos predicativos *informar* e *fiscalizar*. *'A imprensa*, nesta busca de verdade realiza pelo recorte da *FSP* da fala de Lula, tem o seu papel

de *fiscalizar* interdito, revelando o desejo (*Lula quer*) de Lula de calar a imprensa, ou ao menos de restringi-la a *informar*.

1.2. Artigos de opinião de outrem na *FSP*: a construção de efeitos de pluralidade

O modo como a *FSP* veiculou artigos de opinião sobre o tema também é emblemático na construção de sua posição contrária à regulação. Neste espaço, em que o veículo concede voz a outros sujeitos que comentam o acontecimento, há uma construção da pluralidade, cujos efeitos são bastante distintos dos modos como as reportagens de cunho mais factual de autoria do enunciador midiático *FSP*; traz-se, por exemplo, a voz da secretária nacional de comunicação da *CUT (Central Única dos Trabalhadores) e coordenadora-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação*, que argumenta em favor da regulação da mídia:

> [...] Temos mesmo um problema no setor?
>
> Há vários motivos para dizer que sim. O primeiro é que o sistema de comunicação no Brasil não reflete a pluralidade de pontos de vista e a diversidade da sociedade brasileira. Concentrada na mão de poucas famílias, a mídia brasileira não garante liberdade de expressão de forma igual para todos**.** Grupos sociais como trabalhadores e movimentos sociais são hoje vozes silenciadas**;** mulheres**,** negros **e** a população LGBT são subrepresentados **e** vítimas de estereótipo.
>
> […] importantes garantias [da Constituição Federal] aprovadas em 1988 na prática ainda não vigoram. A lei de 1962 que trata de televisão e rádio, **além de** estar desatualizada, não estabelece garantias mínimas para pluralidade e diversidade no setor. (Rosane Bertotti, secretária nacional de comunicação da Central Única dos Trabalhadores e coordenadora-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, 12/06/2013 – *TENDÊNCIAS/DEBATES: Uma lei para expressar a liberdade*, sublinhados nossos)

Dentro de seu espaço em que a leitura que associa estas propostas à censura é hegemônica, a *FSP* possibilita a construção de efeitos de pluralidade, denunciada neste artigo por enumeração (encadeamentos por ponto, ponto-e-vírgula e vírgulas, ademais da conjunção *e* e da locução prepositiva *além de*), em teor completamente distinto a todas as reportagens realizadas pelo enunciador midiático, o modo como a mídia brasileira está *concentrada*. Também, pelo teor absoluto conferido pela negação no presente do indicativo (*não garante liberdade de expressão.*; [...] *não estabelece garantias mínimas para pluralidade e diversidade*; *importantes garantias [...] não vigoram*), postula-se uma verdade sobre como interpretar o acontecimento. Mesmo a finalidade da *lei*, *expressar a liberdade*, relação

marcada pela preposição final no título (*Uma lei <u>para</u> expressar a liberdade*), foge ao caráter coercitivo e arbitrário da norma.

Ao longo de cinco anos, formando um montante de mais de setenta reportagens, a posição enunciativa presente neste artigo não se faz ver na voz da *FSP*; ainda, este texto de Rosane Bertotti, que defende a regulação da mídia, é comentado duas semanas depois por outro texto opinativo, que rebate fortemente a argumentação realizada pela *secretária nacional de comunicação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e coordenadora-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação*, no seguinte artigo de opinião:

> Não passa de um repisar de falsas premissas o artigo "Uma lei para expressar a liberdade" […].
>
> Rosane Bertotti defende uma nova lei que imponha "regulação democrática" dos meios de comunicação e "garanta liberdade de expressão" no Brasil. **<u>Mas</u>** sua tese é sustentada por mitos.
>
> […] O terceiro mito é a proposta de controle social da mídia como forma de garantir a liberdade de expressão. <u>"Controle social da mídia" e "regulação democrática" são eufemismos para o cerceamento.</u> (*DANIEL PIMENTEL SLAVIERO, […] presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão*, 27/06/2013 – Mitos e realidade sobre a mídia brasileira, sublinhadas nossas)

O título do texto opinativo é já emblemático: há diversos *mitos* (reforçados e encadeados no encabeçamento dos parágrafos por enumeração: *O primeiro deles*; *O segundo mito* e *O terceiro mito*) a respeito da mídia brasileira, mas a *realidade* é apenas uma, efeito realizado pelo contraste entre o plural do primeiro elemento e o singular do último. Este tipo de nuança também aparece no segundo parágrafo: após referir-se ao artigo de Rosane Bertotti e sumarizá-lo – colocando-se em suspenso os sentidos de *"regulação democrática"* e do *"controle social da mídia"*, construção que precede uma equivalência de sentidos entre estes ditos e o *cerceamento* –, o operador argumentativo adversativo ***<u>Mas</u>*** cria oposição entre o que foi dito por Rosane e a construção enunciativa que se realiza, por uma interpretação que predica *sua tese.*

Quando se citam as propostas de regulação defendidas por Rosane Bertotti, ainda, as aspas são realizadas não apenas para desestabilizar seus sentidos e marcar que se trata de um dizer alheio, mas também para criar distância enunciativa entre aquele que aqui enuncia e os sujeitos políticos que propõem tais medidas. Confirma-se, assim, a construção de uma posição contrária à regulação da mídia não apenas em todas as reportagens de cunho factual, de

autoria do enunciador midiático *FSP*, mas também na construção de efeitos de pluralidade realizada pela veiculação de artigos de opinião.

1.3. As interpretações sobre a regulação da mídia na seção *Painel*

A subseção *Painel* da seção *Poder* da *FSP* também produz sentidos acerca do acontecimento da regulação da mídia. Trata-se de um gênero textual de autoria do enunciador midiático *FSP*, distinto dos artigos opinativos de outros sujeitos que são trazidos para o corpo do jornal. Há uma construção discursiva que comenta acontecimentos, realizando-se interpretações de uma série de eventos sinteticamente:

> **[…] Semântica**
>
> O PT baixou ordem interna: a expressão "regulação da mídia" será substituída por "democratização da mídia". O objetivo é evitar que se relacione a ofensiva petista à censura. (do texto da *FSP* atribuído a Vera Magalhães, 17/04/2013 – *Painel*, negritas do original)

Pelo uso do futuro do presente (*será substituída*), ao criar equivalências de sentido absolutas entre a *"regulação da mídia"* e a *"democratização da mídia"*, contesta-se a necessidade da 'substituição'. Trata-se de dois enunciados que foram utilizados pelos proponentes, em momentos distintos, para designar as propostas de regulação da mídia, revelando o modo como o PT e o governo "reagiram" à recorrente contestação midiática dos teores perversos que residiriam por detrás dos ímpetos dos proponentes (a *ordem* realizada pelo PT é adjetivada por *interna*, mas, ainda assim, é flagrada pelos olhos atentos da *FSP*). A *FSP*, no entanto, conforme o excerto acima demonstra, faz questão de mostrar que não se trata da diferença, senão do mesmo, com uma finalidade (marcada pelo presente do indicativo que predica em *O objetivo é...*, seguida da associação entre *ofensiva petista* e *censura* que, ao mesmo tempo, denuncia o intento de silenciar a imprensa), interpretação que neste excerto está a cargo do enunciador midiático *FSP* ao criar sentidos acerca do acontecimento.

Outra reportagem emblemática presente na subseção *Painel* e que retrata o teor das reportagens presentes nesta seção foi publicada em 08/10/2010:

> **[...] Ruído na comunicação**
>
> Numa semana na qual aliados de A a Z apontaram a beligerância em relação à imprensa como um dos fatores que contribuíram para impedir que Dilma Rousseff (PT) liquidasse a eleição no primeiro turno, integrantes da campanha manifestam incômodo com a movimentação de Franklin Martins (Comunicação Social), em viagem à Europa para colher ideias que resultem num projeto de regulamentação da mídia.

> Foi especialmente mal recebida a declaração, feita ontem pelo ministro, de que no Brasil "a imprensa é livre, o que não significa que seja boa". Muito antes da viagem, petistas já se queixavam de que Franklin atua seguidamente para "pilhar" os ataques de Lula. (do texto da *FSP*, 08/10/2010 – *Painel*)

Após o resultado do primeiro turno das eleições presidenciais de 2010, os sujeitos que *apontaram a beligerância em relação à imprensa*, denunciando o conflito entre os idealizadores das propostas e a mídia, não são sujeitos quaisquer: são *aliados de A a Z*, o que reforça, novamente, os efeitos de incoerência entre as posições da candidata Dilma Rousseff e seus *aliados* por dois recursos: primeiramente, pelas preposições (*de A a Z*) que realçam o alcance e o grande número possíveis de nomes (*A...Z*) de *aliados* que *apontaram* a interpretação aqui realizada; posteriormente, pela construção frasal do objeto direto *incômodo*, que se alia ao sujeito *integrantes da campanha* pelo verbo *manifestar*, quando se comenta os intentos de Franklin Martins. São dois sujeitos oracionais (e incontáveis sujeitos físicos), assim, que estão relacionados à presidente, mas que não se mostram de acordo com as suas ações e de seu ministro. Este conflito, ainda, é retratado pelo enunciador midiático a partir de um emprego lexical do campo belicoso (*beligerância*), que é colocado em domínios associados, na autoria do texto, à fala recortada de Franklin Martins, criando disparidades de sentido entre *imprensa livre* e *[imprensa] boa*. Este efeito, na fala do ministro, é realizado pela expressão metalinguística *[o que] não significa*, abrindo margem para a interpretação, a partir da posição enunciativa de sujeito criada no recorte de Franklin Martins pela *FSP*, entre uma *[imprensa] boa* e *imprensa* [não-]*livre* (‘seria este o intento perverso de Franklin e, logo, de Dilma?’).

2. Há a possibilidade de resistências ao discurso midiático hegemônico? Novas perspectivas e objetos

A partir das análises realizadas, pudemos evidenciar que na *FSP* se veiculam sentidos sobre a regulação da mídia apenas a partir de uma senda, sob distintas modalidades, o que restringe as possibilidades de leitura que se colocam ao sujeito: esta leitura midiática acerca do tema é categórica em associar tais propostas à censura, ou, ao menos, a ímpetos perversos que, *enfim*, ali residiriam. Este tipo de circulação, aqui representada pela *FSP*, será também averiguada em outros veículos midiáticos tradicionais, verificando se as leituras realizadas em outro jornal – o diário *O Globo* – se valem dos mesmos recursos. Também, cabe indagar se

estas mesmas leituras estão presentes em outros gêneros textuais, como a revista, representada em nosso trabalho pela *Veja*. Nossa hipótese é a de que há, como na *FSP*, um discurso contrário a tais propostas, a partir de recursos comuns, como a utilização de aspas para citar dizeres como o *controle social da mídia* e criar distância enunciativa.

Ainda com o intuito de buscar alternativas de interpretação, não nos parece profícuo estacionar na leitura que as mídias tradicionais realizam, o que nos levou a buscar outros objetos para descrever alternativas de leitura a este discurso hegemônico. Assim, em nossa tese discutiremos também os sentidos criados por mídias progressistas, quais sejam, a *Carta Capital*, a *Carta Maior* e o *Jornal Brasil de Fato*. Nossa hipótese é a de que se constrói uma posição favorável à regulação, cabendo, assim, a descrição dos recursos utilizados nos diferentes gêneros.

Conforme apontamos, o modo como a *FSP* veiculou posições sobre este acontecimento diz respeito a um primeiro momento da possibilidade desta discussão na sociedade brasileira: há um debate pela via legal, que, ao longo das propostas do PT, se relaciona a diferentes domínios associados na circulação dos diferentes dizeres. O *controle social da mídia*, por exemplo, marca a presença da luta de classes neste embate (...*social*...), havendo sido o primeiro gesto designativo pelo qual se comentou tais propostas na grande mídia; este dizer, ainda, foi passível de grande contestação pelo caráter combativo dos empregos realizados (*controle*...), sendo, assim, facilmente suscetível de associação pela mídia massiva à censura. Após 2010, não se notou mais o uso de tal dizer pelos proponentes da regulação; comumente, no entanto, este mesmo dizer é tratado por jornalistas e comentadores políticos contrários a tais medidas, como realizou Marco Antônio Villa, um dos intelectuais brasileiros mais abertamente contra o PT, em, por exemplo, diversas ocasiões em suas participações no *Jornal da Cultura*. Trata-se, assim, de um dizer que ganhou forte valor argumentativo juntamente à associação à censura, razão também pela qual os proponentes passaram a valer-se de outros sentidos e dizeres.

Assim, encerra-se um primeiro momento da discussão de como se constrói uma concepção de regulação da mídia no Brasil que diz respeito à justificativa de nossa tese, mas, certamente, a necessidade de debater o que é a regulação e como é o funcionamento desta concepção em sociedade não deve encerrar-se: é preciso, ainda, com o encerramento da

discussão no campo presidencial e eleitoral a partir do advento do governo de Michel Temer (PMDB), de alinhamento distinto ao de Dilma Rousseff, buscar pontos de resistência à construção hegemônica midiática. Neste sentido, compreendemos o advento de mídias ativistas (*Mídia Ninja*, portal *Jornalistas Livres*) como protagonistas não apenas na possibilidade de emergência da discussão da regulação da mídia como uma pauta urgente, mas também em um dos acontecimentos mais emblemáticos de seus desdobramentos: as manifestações populares de junho de 2013.

Este acontecimento, ao representar uma eclosão popular do espírito de falta de representatividade dos brasileiros tanto por parte da grande mídia quanto pelos sujeitos políticos, é um dos eventos que revela o desejo social de mudanças que, certamente, perpassam a necessidade da regulação da mídia. No entanto, conforme já constatamos, há pouca efetividade em termos legais durante a breve possibilidade da discussão (agora silenciada com o advento de Michel Temer ao poder), que imporia mudanças pelo teor absoluto do jurídico. A via possível que se nos apresenta para compreender como se darão políticas de regulação da mídia, assim, é gestada discursivamente por uma série de acontecimentos (como as manifestações políticas, o *impeachment*, o prestígio que ganham as mídias ativistas e mesmo apelos de sujeitos políticos a instituições internacionais como a ONU), o que cria um funcionamento discursivo que poderá, finalmente, gerar efeitos práticos. O modo como as diferentes mídias produzem sentidos sobre a regulação é, finalmente, um importante fragmento de nossa história contemporânea, que demanda descrição dos recursos e possibilidades de leitura, tarefa que é central em nosso trajeto enquanto pesquisadores do discurso midiático e, também, para o sujeito inserido em uma conjuntura em que a leitura hegemônica de mídias como a *FSP* prevalece.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COURTINE, J-J. *Análise do discurso político – o discurso comunista endereçado aos cristãos.* São Carlos, SP: EDUFScar, 2009.

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso.* 13a edição, São Paulo, SP: Edições Loyola, 2006.

_____. *A arqueologia do saber.* Tradução de Luis Felipe Baeta Neves. 7ª. edição, 3ª. reimpressão, Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2008.

PÊCHEUX, M. *O Discurso – Estrutura ou acontecimento.* Tradução de Eni P. Orlandi – 5a Edição, Campinas, SP: Pontes, 2008.

_____. Análise automática do Discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (org). *Por uma Análise Automática do Discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux.* Tradução de Bethania S. Mariani et al. – 4a. Edição – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

SANTOS, W. R. B. *Um estudo do controle da mídia: questões de censura e memória na circulação midiática.* 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras – Português/Espanhol) – Departamento de Letras, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

_____. *A emergência de propostas de regulação da mídia no Brasil: uma análise do discurso político midiatizado pela "Folha de São Paulo"*. 2016. Dissertação de mestrado (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP, 2016.

REFERÊNCIAS DO *CORPUS*

FOLHA DE SÃO PAULO. 16/03/2010 – *Lula quer ministro para abrir "canal de diálogo" com a mídia.* Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1603201007.htm>. Acesso em 15/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. 22/07/2010 – *Dilma nega ter apoiado pontos polêmicos de programa.* Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2207201009.htm>. Acesso em 11/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. 08/10/2010 – *Painel.* Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0810201001.htm>. Acesso em 14/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. 12/06/2013 – *TENDÊNCIAS/DEBATES: Uma lei para expressar a liberdade.* Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/113546-uma-lei-paraexpressar-a-liberdade.shtml>. Acesso em 02/07/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. 27/06/2013 – *Mitos e realidade sobre a mídia brasileira.* Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/116055-mitos-e-realidade-sobre-amidia-brasileira.shtml>. Acesso em 22/03/2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. 17/04/2013 – *Painel*. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/104266-painel.shtml. Acesso em 02/07/2013.